

Plano de Estudos para PG- DF

120 dias de estudo

Canal do Telegram para Procuradorias:

<https://t.me/estrategiapge>

Prof. Igor Maciel

Prof. Ricardo Torques

Prof. Paulo Sousa

SUMÁRIO

Sumário.....	2
Apresentação dos professores e do material	5
1 – O concurso para a PG-DF – O que esperar?	7
1.1 – Situação Atual – Concurso Autorizado	7
1.2 – Requisitos do Cargo, Remuneração e Benefícios	7
1.3 – Análise do Último Concurso para PG-DF.....	8
1.4 – Análise do Último Concurso para Analista PG-DF.....	10
1.5 – O que esperar do próximo concurso para Procurador?	11
1.5.1 - Banca	11
1.5.2 - Formato	11
1.5.3 – Matérias Cobradas.....	11
1.5.3.1 - Edital PG-DF - Procurador - 2013.....	11
1.5.3.2 - Edital PG-DF - Analista - 2019.....	12
1.5.3.3 - Próximo Edital – O que será cobrado certamente?	12
1.5.3.4 - Próximo Edital – O que é possível ser cobrado?	13
2- O Estudo para Procuradorias	13
2.1 - Principais matérias cobradas.....	14
2.2 - Outras matérias cobradas	15
2.3 - É possível conciliar o estudo para Advocacia Pública com outras Carreiras Jurídicas?.....	17
2.4 - Conciliar o estudo para PGE, PGM e AGU.....	18
2.5 - Conciliar o estudo para advocacia pública com o Exame de Ordem	19
2.6 - Conclusões.....	20

3 – Organização dos estudos	20
3.1 - Ciclos de Estudos	20
3.2 - Tempo	22
Não se imponha metas inatingíveis (“vou passar em 1 ano!”).	22
Quando você for estudar, estude.....	23
Faça pausas.....	23
3.3 Estratégias úteis.....	23
Não estudar apenas uma matéria	23
Faça revisões periódicas.....	24
3.4 - Descanso	24
3.5 - Conclusões.....	24
4 - Plano de Estudos	25
4.1 - Horas líquidas de estudos – Plano Inicial	26
4.2 - Definição das matérias estudadas	27
4.3 – Por onde começar? Simulado inicial.	27
i. Algumas matérias não terão esta quantidade de questões com estes critérios, a exemplo de Direito Urbanístico e Direito Financeiro;.....	28
ii. Algumas matérias tiveram uma mudança radical no ordenamento, a exemplo de Processo Civil e Direito do Trabalho.....	28
4.4 – Próximo Passo	29
4.4.1 – Acertei mais de 80% (oitenta por cento) em alguma matéria?.....	29
4.4.2 – Matérias com índice de acerto entre 60 e 80%.....	29
4.4.3 – Matérias com índice de acerto inferior a 60%.....	30
4.5 – Temas mais cobrados pelo CESPE	30
4.6 – Planejamento Semanal - Iniciantes.....	31

4.7 – Planejamento Semanal – Alunos Avançados	34
4.8 - Como estudar questões?.....	35
4.9 - Como monitorar meus estudos?	35
5 – Considerações Finais.....	36

APRESENTAÇÃO DOS PROFESSORES E DO MATERIAL

Olá pessoal, tudo bem?



Me chamo **Ricardo Torques** e sou graduado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pós-graduado em Direito Processual. Estou envolvido com concurso público há 10 anos aproximadamente, quando ainda estava na faculdade. Trabalhei no Ministério da Fazenda, no cargo de ATA. Fui aprovado para o cargo Fiscal de Tributos na Prefeitura de São José dos Pinhais/PR e para os cargos de Técnico Administrativo e Analista Judiciário nos TRT 4ª, 1º e 9º Regiões. Hoje, sou professor em dedicação exclusiva, por paixão!

Quanto à atividade de professor, leciono exclusivamente para concursos, com foco na elaboração de materiais em pdf. Temos, atualmente, cursos em Direitos Humanos, Direito Eleitoral e Direito Processual Civil.

Coordeno, no Estratégia Concursos, cursos para a área jurídica (a exemplo da magistratura, MP, procurador, promotor e defensor) e para o Exame de Ordem.

Deixarei abaixo meus contatos para quaisquer dúvidas ou sugestões. Terei o prazer em orientá-los da melhor forma possível nesta caminhada que estamos iniciando.

E-mail: rst.estrategia@gmail.com **Instagram:** <https://www.instagram.com/proftorques>



Me chamo **Igor Maciel** e sou professor do Estratégia Carreira Jurídica de Fazenda Pública em Juízo, Direito Administrativo e de Direitos Difusos e Coletivos.

Atualmente, sou Procurador do Município de Porto Alegre.

Sou Mestre e Doutorando em Direito e desde o ano de 2016 leciono com o foco exclusivamente para concursos.

Sou um entusiasta dos concursos de advocacia pública e aqui no Estratégia estou à frente dos cursos de Discursivas (peças, pareceres e questões) focados em Procuradorias Estaduais, Municipais, Legislativas e na própria AGU.

No Estratégia, leciono as disciplinas de Aspectos de Direito Processual Civil aplicados à Fazenda Pública, Direito Administrativo e Direitos Difusos e Coletivos.

Deixo abaixo minhas redes sociais para qualquer dúvida, crítica ou sugestão sobre o material. Espero que vocês gostem!



Canal do Telegram de Procuradorias: <https://t.me/estrategiapge>

Sou graduado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), em 2010, Mestre em Direito do Estado pela UFPR em 2012 e Doutor em Direito das Relações Sociais, também UFPR, em 2017. A partir de 2011 passei a lecionar na graduação e na pós-graduação em Direito em diversas Instituições de Ensino Superior, e a partir de 2015, passei a lecionar também para Concursos Públicos.



Em 2011 fui aprovado em concurso para Procurador Municipal (PGM-Colombo/PR) e, em 2012, fui aprovado em Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Assistente na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE, Foz do Iguaçu/PR), instituição na qual atualmente leciono.

Atualmente, sou Professor de Direito Civil, Legislação Civil Especial, Direito Processual Civil, Direito do Consumidor e Bioética, e Advogado nas cidades de Curitiba/PR e Brasília/DF. Além disso, sou parecerista *ad hoc* de numerosas revistas jurídicas.

Ficam aqui minhas redes sociais:



Hoje apresentaremos nosso plano de estudos para o concurso de Procurador do Distrito Federal. Esperamos que o material seja útil,

Prof. Ricardo Torques, Prof. Igor Maciel e Prof. Paulo Sousa

1 – O CONCURSO PARA A PG-DF – O QUE ESPERAR?

1.1 – SITUAÇÃO ATUAL – CONCURSO AUTORIZADO

No último dia 04 de maio de 2020, por meio da Portaria n.º 158 publicada no DODF, o Secretário de Estado da Economia autorizou a realização de concurso público que ofertará 65 vagas diretas para Procurador do Distrito Federal e a mesma quantidade de vagas para cadastro de reserva.

O provimento dos cargos deve ocorrer em fevereiro de 2021, sendo condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira do órgão no próximo exercício. Assim, os próximos passos devem ser a formação de comissão interna e a contratação de banca para organizar o certame.

A Procuradoria Geral do Distrito Federal trabalhava desde o ano passado para obter a autorização do novo concurso de ingresso na carreira de Procurador. O órgão vinha buscando negociação na Câmara Legislativa do DF a autorização orçamentária para realizar sua realização.

De acordo com a Portaria, também deverá ser observado o Decreto do Distrito Federal que suspendeu provisoriamente as nomeações e posses em razão da pandemia causada pelo COVID-19.

Atualmente, o órgão possui cerca de 70 cargos vagos na carreira, o que demonstra a necessidade de realização do certame.

1.2 – REQUISITOS DO CARGO, REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS

Para ingressar na carreira de Procurador do Distrito Federal é necessário ter concluído o bacharelado em Direito e ser regularmente inscrito na OAB como advogado. Contudo, a demonstração dos requisitos de acesso ao cargo devem ser comprovados apenas quando da posse do candidato no cargo e não em momento anterior.

Diferentemente de alguns concursos para Procurador, **o certame da PGDF não exige a comprovação de atividade jurídica. Assim, mesmo você que ainda está na faculdade possui plenas condições de se preparar para o certame.**

Além disso, o salário inicial do cargo gira em torno de R\$. 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais), além dos honorários advocatícios, da possibilidade de advocacia privada (bastante atrativa em tribunais superiores) e da carga horária semanal de 30 horas.

E tem mais.

O cargo de PG-DF possui, ainda, os seguintes benefícios:

Férias: 60 dias.

Adicional de Substituição.

Licença-prêmio: 3 meses a cada quinquênio.

Salário-família.

Indenização de transporte.

Auxílio-creche e auxílio alimentação.

1.3 – ANÁLISE DO ÚLTIMO CONCURSO PARA PG-DF

O último concurso da PGDF para o cargo de Procurador foi realizado em 2013 com 25 vagas. Contudo, o órgão nomeou 42 aprovados.

A banca realizadora do certame (tanto a organização como a elaboração de provas) foi o CESPE/CEBRASPE e o concurso contou com as seguintes etapas:

- 1) Prova objetiva (eliminatória e classificatória);**
- 2) Prova discursiva I (eliminatória e classificatória);**
- 3) Prova discursiva II (eliminatória e classificatória);**
- 4) Prova discursiva III (eliminatória e classificatória);**
- 5) Prova Oral (eliminatória e classificatória);**
- 6) Avaliação de títulos (classificatória).**

A primeira etapa do concurso PGDF para Procurador consistiu em uma prova objetiva com 200 itens no esquema “certo ou errado”, no qual uma questão errada anulava uma certa e as questões deixadas em branco não pontuavam. Já as provas discursivas foram compostas por três questões dissertativas e um parecer, dissertação ou peça jurídica.

As provas totalizavam, individualmente, 100 pontos. Cada questão tinham o valor de 15 pontos e o parecer, dissertação ou peça jurídica valeriam 55 pontos. Para ser aprovado, o candidato deveria atingir 50 pontos por prova e 180 pontos no somatório das provas discursivas. Confira abaixo o programa e o formato de cada prova:

Tanto a prova objetiva quanto as provas discursivas foram divididas em grupos com as seguintes matérias:

Grupo I: Direito Constitucional; Direito Tributário; Direito Financeiro e Orçamentário.

Grupo II: Direito Administrativo; Direito Urbanístico; Direito Ambiental; Direito Penal; Direito Processual Penal.

Grupo III: Direito Processual Civil; Direito Civil; Direito Empresarial; Direito do Trabalho; Direito Processual do Trabalho.

As provas discursivas foram divididas da seguinte forma:

Prova 1:
Grupo I - Peça jurídica + 3 questões

Prova 2:
Grupo II - Parecer + 3 questões

Prova 3
Grupo III - Peça Jurídica + Parecer

Já a prova oral teve o valor total de 100 pontos e se dividiu entre os três grupos de disciplinas. A arguição teve duração máxima de 45 minutos onde os candidatos deveriam responder a uma pergunta de cada grupo em até 15 minutos. Confira abaixo a distribuição de pontos por disciplina:

Grupo I (35 pontos): Direito Constitucional (15 pontos), Direito Tributário (10 pontos), Direito Financeiro e Orçamentário (10 pontos);

Grupo II (35,00 pontos): Direito Administrativo (15,00 pontos), Direito Urbanístico (10,00 pontos) e Direito Ambiental (10,00 pontos);

Grupo III (30 pontos): Direito Processual Civil (15 pontos), Direito Civil (10 pontos) e Direito Empresarial (5 pontos).

Com esta análise geral do último concurso de Procurador da PG-DF, cabe-nos analisar também o edital da carreira de apoio da PG-DF realizado em 2019, como forma de tentarmos estabelecer algumas estimativas de cobrança do próximo concurso.

1.4 – ANÁLISE DO ÚLTIMO CONCURSO PARA ANALISTA PG-DF

No ano de 2019, a Banca CESPE ficou responsável pelo certame da carreira de apoio da PG-DF. O concurso atualmente encontra-se suspenso, em razão da pandemia do COVID-19.

Contudo, este edital é fundamental para entendermos as expectativas do órgão quanto ao próximo concurso de Procurador do Distrito Federal.

O edital para o cargo de Analista Jurídico, especialidade Direito e Legislação, possui bastante similitude com o edital para Procurador realizado em 2013.

Editais Procurador DF 2013:

http://www.cespe.unb.br/concursos/pg_df_13_procurador/arquivos/ED_1_2013_PGDF_PROCURADOR___EDITAL_DE_ABERTURA.PDF

Editais Analista PG-DF 2019:

https://cdn.cebraspe.org.br/concursos/PG_DF_19/arquivos/ED_1_PGDF_19_ABERTURA.PDF

As disciplinas específicas cobradas para a referida especialidade foram:

Direito Administrativo
Direito Constitucional
Direito Ambiental
Direito Civil
Direito Processual Civil
Direito do Trabalho
Direito Processual do Trabalho
Direito Empresarial
Direito Tributário
Direito Urbanístico
Direito Financeiro
Direito Previdenciário
Noções de Direito Penal e Processo Penal

Com base nestas informações, vamos estabelecer algumas expectativas.

1.5 – O QUE ESPERAR DO PRÓXIMO CONCURSO PARA PROCURADOR?

Entendo que devemos nos preparar para um concurso que em breve será lançado e, portanto, proponho a seguinte expectativa quanto às provas (com base em minha humilde opinião pessoal, não em informações oficiais):

1.5.1 - Banca

Em time que está ganhando, não se meche. Da mesma forma que apostamos na banca FCC para a realização do concurso da PGM Teresina, também acredito que a banca da PG-DF será mantida.

Assim, aposto na banca CESPE/CEBRASPE para a realização deste concurso.

Banca CEBRASPE

1.5.2 - Formato

Apesar de termos analisados duas provas no formato V ou F, é possível que a banca CEBRASPE altere a proposta para o próximo certame e cobre a prova no formato A, B, C, D,E, como cobrado no concurso para a PGE-PE.

Assim, acredito em uma possível mudança para o formato A, B, C, D,E.

Formato A, B, C, D, E.

1.5.3 – Matérias Cobradas

1.5.3.1 - Edital PG-DF - Procurador - 2013

**Direito Administrativo
Direito Constitucional
Direito Ambiental
Direito Civil
Direito Processual Civil
Direito do Trabalho
Direito Processual do Trabalho
Direito Empresarial
Direito Tributário
Direito Urbanístico**

Direito Financeiro e Orçamentário
Direito Penal
Direito Processual Penal

1.5.3.2 - Edital PG-DF - Analista - 2019

Direito Administrativo
Direito Constitucional
Direito Ambiental
Direito Civil
Direito Processual Civil
Direito do Trabalho
Direito Processual do Trabalho
Direito Empresarial
Direito Tributário
Direito Urbanístico
Direito Financeiro
Direito Previdenciário
Noções de Direito Penal e Processo Penal

1.5.3.3 - Próximo Edital – O que será cobrado certamente?

Acredito na cobrança de uma mistura entre os dois editais. Isto quer dizer que existem matérias **certas** no próximo edital para Procurador. São elas:

Direito Administrativo
Direito Constitucional
Direito Ambiental
Direito Civil
Direito Processual Civil
Direito do Trabalho
Direito Processual do Trabalho
Direito Empresarial
Direito Tributário
Direito Urbanístico
Direito Financeiro

Estas matérias você deve começar a estudar imediatamente.

1.5.3.4 - Próximo Edital – O que é possível ser cobrado?

Além disso, existem matérias que possivelmente serão cobradas, mas penso que o estudo deve ficar para um pós edital, seja por conta do tamanho da matéria (relativamente pequena) ou pela relativa incerteza quanto à cobrança no edital. São elas:

Leis Locais
Direito Penal
Direito Processual Penal
Direito Previdenciário

Penso, portanto, que devemos elaborar um plano de estudos para o concurso de Procurador do Distrito Federal com base nas matérias que temos quase certeza que cairão na prova.

É o que faremos a seguir, inclusive com o fornecimento de uma planilha de acompanhamento de estudos.

Ressalte-se, ainda, que é sempre bom estudar com foco em mais de uma procuradoria, deixando o âmbito dos estudos focado em "advocacia pública", dada a similitude entre os editais.

2- O ESTUDO PARA PROCURADORIAS

Os advogados públicos são profissionais da área jurídica responsáveis pela defesa do Estado em juízo e fora dele, além de exercerem as funções de consultoria e assessoramento jurídicos do ente público. Os concursos para estas carreiras tem sido extremamente disputados nos últimos anos, especialmente em razão de três fatores:

Alto volume de editais lançados e previstos;

Possibilidade de Advocacia Privada (na maioria das procuradorias);

Alto valor remuneratório;

Maior flexibilidade na exigência de prática jurídica.

Não à toa, muitos alunos que ainda estão se preparando para o Exame de Ordem já pensam em alinhar o estudo também para procuradorias. Da mesma forma, muitos profissionais que já estão há algum tempo na advocacia também sonham em agregar o cargo público de procurador ao currículo.

Mas qual a forma ideal de preparação? Existe um segredo do sucesso? Existe um caminho mais rápido a ser seguido? É possível conciliar o estudo para múltiplas procuradorias? E o estudo para PGM, PGE e AGU, é possível conciliar? Qual a melhor forma de organizar os estudos?

Estas são grandes dúvidas dos candidatos que tentaremos responder neste material.

2.1 - PRINCIPAIS MATÉRIAS COBRADAS

As bancas de concurso em geral, sejam elas tradicionais (CESPE, FCC, VUNESP ou FGV, por exemplo) ou locais (bancas próprias, por exemplo), costumam cobrar em concursos públicos aspectos relacionados à atuação prática do cargo para o qual se está avaliando.

Assim, em uma prova de Defensoria Pública Estadual temas como Direito da Criança e do Adolescente, Direito do Consumidor e Direito de Família possuem uma relevância muito maior na prova do que um concurso para Delegado da Polícia Federal, por exemplo.

Nesta linha de raciocínio, os advogados públicos, como o próprio termo sugere, são os causídicos que atuam em favor do ente público em juízo e fora dele. Logo, no seu âmbito de atuação, será constante o aparecimento de temas de Direito Administrativo, de Direito Tributário e de Direito Constitucional.

E isto se reflete na prática dos concursos.

Existe um **quarteto fantástico** em concursos de advocacia pública que sempre correspondem a pelo menos 50% (cinquenta por cento) da cobrança em provas objetivas:

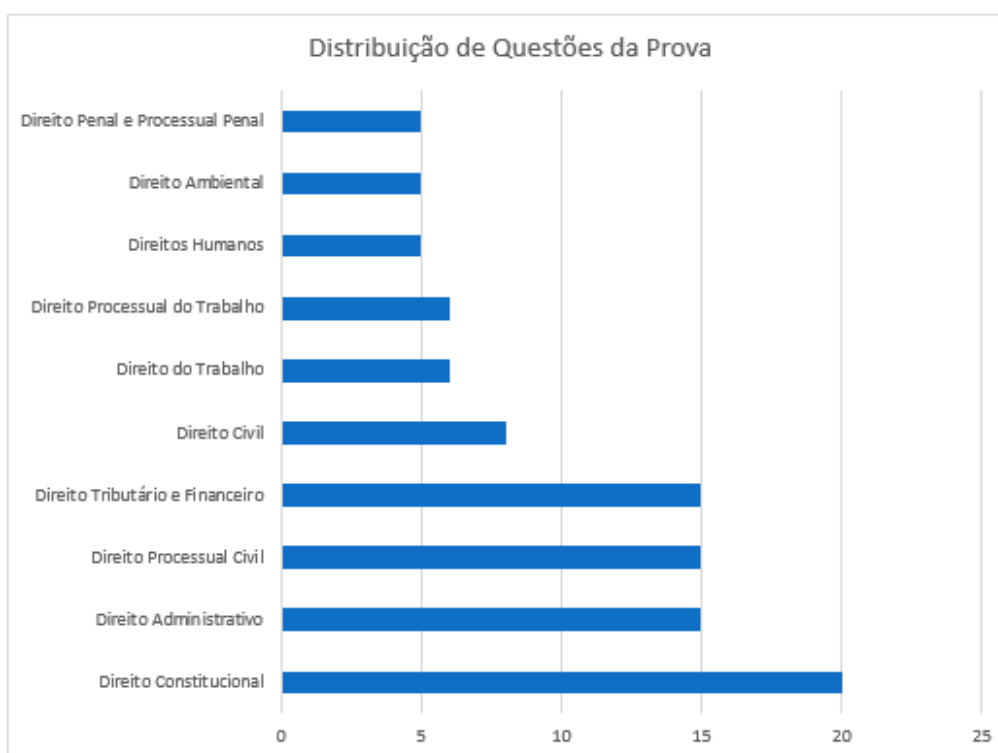


Acrescente-se, ainda, uma disciplina aprimorada pelo grande mestre Leonardo Carneiro da Cunha chamada de **Fazenda Pública em Juízo**. Trata-se do direito processual visto à luz da Fazenda Pública.

Temas como Mandado de Segurança, Execução Fiscal, Improbidade Administrativa (aspectos processuais) e Recursos utilizados pela Fazenda Pública são de extrema importância para concursos de Procuradoria.

Eu diria até que dominando profundamente estas cinco matérias: Constitucional, Administrativo, Tributário, Processo Civil e Fazenda Pública em Juízo, você será capaz de realizar mais de 60% (sessenta por cento) de qualquer prova objetiva de procuradoria.

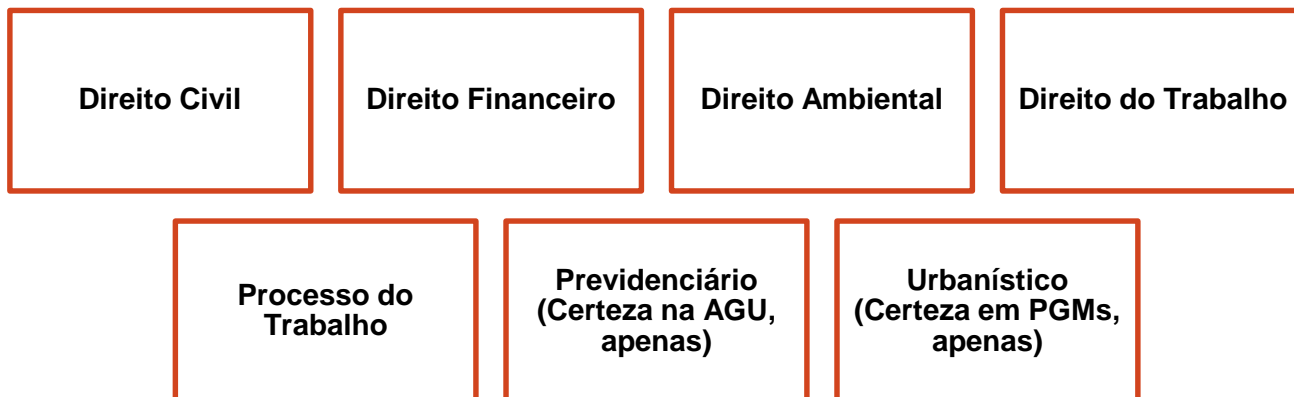
Apenas para se ter uma ideia, no concurso realizado pela Procuradoria do Estado do Maranhão (FCC/2016), estas matérias corresponderam a cerca de 70% (setenta por cento) da prova objetiva:



Além disso, estas matérias serão certamente (e aqui podemos fincar 100% de certeza) cobradas nas fases discursivas destes concursos. Afinal, o que será cobrado em uma peça prática de procuradoria que não a atuação da fazenda pública em juízo?

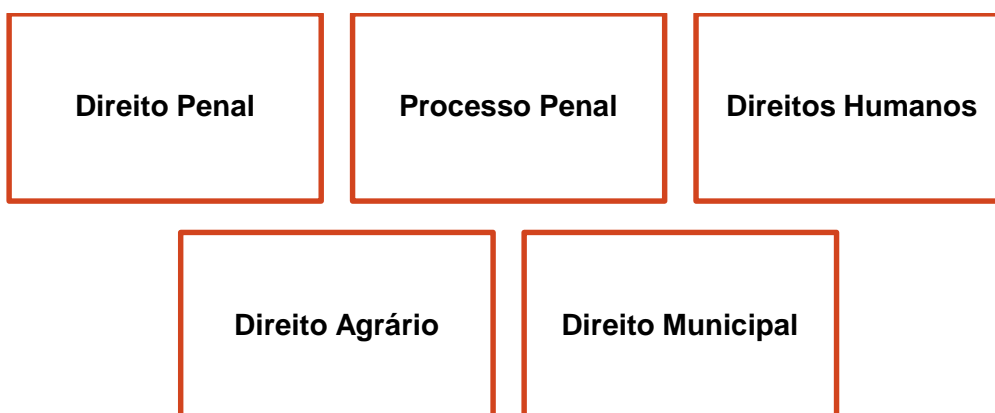
2.2 - OUTRAS MATÉRIAS COBRADAS

Com o aumento da concorrência, faz-se necessário que o aluno obtenha bons resultados também nas demais matérias cobradas nas provas. Podemos destacar que tanto em provas de Procuradorias Estaduais, Municipais e Federais também encontramos com bastante frequência (quase sempre) as seguintes disciplinas:



Naturalmente, estas matérias também devem ser dominadas pelo candidato, especialmente os temas que mais envolvem a atuação prática do advogado público. A título de exemplo, em **Direito Civil** há uma cobrança bem mais acentuada da parte de obrigações, contratos e direitos reais do que da parte de direito de família.

Por outro lado, existem matérias que possuem uma **cobrança eventual** nos concursos de advocacia pública em geral e que a cobrança apenas poderá ser assegurada após a publicação do respectivo edital:



É certo que os editais podem sofrer alguma variação, mas se estamos pensando em um estudo de médio ou longo prazo, a orientação pode, sem dúvidas, basear-se neste panorama.

ESCLARECENDO!



Professores, é possível conciliar o estudo de advocacia pública com o estudo para outras carreiras jurídicas?

2.3 - É POSSÍVEL CONCILIAR O ESTUDO PARA ADVOCACIA PÚBLICA COM OUTRAS CARREIRAS JURÍDICAS?

Amigos, entendemos que **não**.

Como dito acima, é comum que as bancas de concursos cobrem a atuação prática do cargo que está sendo avaliado nas provas. Desta forma, há uma tendência muito forte de cobrança nas diversas carreiras de matérias totalmente díspares.

Enquanto na advocacia pública, a cobrança de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho é quase certa, no Ministério Público Estadual será quase impossível.

O estudo sem um foco definido poderá ter, portanto, consequências desastrosas para uma preparação, dado que o aluno **ou** estudará “demais” para uma carreira **ou** “de menos”.

E tem mais.

O foco da cobrança (e a expectativa de resposta) também dentro da carreira poderá variar.



Imagine que na sua prova discursiva a banca cobrou um caso concreto sobre a necessidade de o Estado garantir o fornecimento de um medicamento a um paciente hipotético.

Em essência, é possível a intervenção do Poder Judiciário em Políticas Públicas?

Percebam que em concursos de advocacia pública a resposta esperada provavelmente seria negativa com uma discussão de Direito Financeiro e Constitucional (reserva do possível, limite orçamentário, separação dos poderes).

Já na Defensoria Pública, a resposta esperada provavelmente seria positiva (e aqui falo de forma absolutamente hipotética) com argumentos como mínimo existencial, dignidade da pessoa humana e limite dos limites / restrições das restrições.

Portanto, a mesma cobrança, o mesmo assunto e a possibilidade de respostas diferentes, em razão do concurso que se pretende.

Mas professores, se existe variação entre os editais da PGM, PGE e AGU, é possível conciliar o estudo para estas carreiras?

2.4 - CONCILIAR O ESTUDO PARA PGE, PGM E AGU

Esta é uma pergunta recorrente entre os alunos: é possível conciliar o estudo entre as mais variadas carreiras de advocacia pública?

Entendemos que sim e não vemos muita dificuldade nisso.

Sim, é certo que o foco de cada carreira é bastante específico. Por exemplo, não faz o menor sentido eu estudar, aprofundar e me tornar perito em tributos municipais, se meu foco é a procuradoria estadual. Isto é fato!

Contudo, existe uma matriz comum relativa a estes concursos que envolve cerca de 80 a 85% do conteúdo neles cobrados.

Assim, se o aluno focar neste pedaço do edital (este espaço comum a todas as procuradorias) antes do edital basta, após a publicação deste, dedicar-se a revisar o que já estudou e aprofundar o percentual restante (algo em torno de 15 a 20%). Na nossa visão, absolutamente possível, até porque o foco permanece um só: **advocacia pública**.

Propomos, portanto, o estudo das seguintes matérias com a leitura de todo o conteúdo (inclusive tributos estaduais, municipais e federais), sem o aprofundamento / decorar nada muito específico, a exemplo de tributos municipais em espécie. Vejam, a leitura, estudo e aulas em vídeo devem ser feitas, mas aquela revisão final com resumos muito específica não é recomendada.

Matérias de estudo sugeridas:

Direito Constitucional	Direito Administrativo	Direito Tributário	Direito Processual Civil
Fazenda Pública	Direito Civil	Direito Financeiro	Direito Ambiental
Direito do Trabalho	Processo do Trabalho	Previdenciário (Constituição e Aspectos gerais)	Urbanístico (Constituição e Estatuto das Cidades)

Nestas matérias, o aluno deve estudar o conteúdo, fazer revisões e responder questões, deixando o aprofundamento dos pontos específicos- como dito acima – para o momento posterior à publicação do Edital, se for o caso.

Naturalmente, se você já possui a certeza do concurso que você almeja, esta orientação não é para você.

2.5 - CONCILIAR O ESTUDO PARA ADVOCACIA PÚBLICA COM O EXAME DE ORDEM

A Fundação Getúlio Vargas, banca organizadora do Exame de Ordem, tem se especializado cada vez mais na elaboração de provas de concursos, inclusive de procuradorias, oportunidade em que podemos destacar o concurso para Procurador da ALERJ (2017).

Analisando-se as provas de concursos e também as provas de Exame de Ordem, percebe-se que é cada vez mais comum uma certa similitude na cobrança de determinadas questões, o que tem redundado em um inevitável aumento do nível de cobrança da própria prova da OAB.

Qual a diferença?

Na prova da OAB não existe concorrência: você precisa acertar 50% (cinquenta por cento) das questões da 1ª fase e pronto. No concurso, não. São aprovados apenas aqueles candidatos que ficam entre os 200 (duzentos) primeiros, por exemplo.

Assim, é perfeitamente possível conciliar o estudo para o Exame de Ordem com procuradorias, desde que feitos pequenos ajustes no cronograma de estudos. Naturalmente, você será um **monstro** na OAB quando chegar ao nível de comprometimento exigido por um concurso jurídico.

Sugerimos também que você escolha como opção da 2ª fase da sua OAB matérias afetas ao dia a dia da advocacia pública, especificamente uma destas matérias: **tributário, constitucional ou administrativo**. Desta forma o seu estudo para a segunda fase já abordará parcialmente o eventual estudo para provas discursivas de procuradorias.

2.6 - CONCLUSÕES

O estudo para procuradorias exige o que muitos professores chamam de um “pensar diferenciado”. Você precisará estudar focando na melhor defesa para a administração pública e como isso poderá ser cobrado em prova.

Desta forma, não existe um estudo isolado de cada tema. A análise dos conteúdos precisa ser feita tomando por base o foco do cargo que será exercido.

Se você chegou até aqui na leitura do material e ainda não desistiu, te convido a elaborarmos juntos um plano de estudos.

3 – ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDOS

A **chave do sucesso** para aprovação em qualquer concurso envolve um quarteto: **planejamento, estratégia, um bom material de estudos e dedicação**. Não adianta o aluno ter o melhor material, o melhor planejamento, a melhor estratégia e não se dedicar ou manter o foco.

Neste momento, quero conversar com você sobre o planejamento e a estratégia. Com o material de estudos, o Estratégia também pode te ajudar. Contudo, a **dedicação** precisa ser com você. Afinal, aqui vale a máxima **“no pain no gain”**.

Se você estiver disposto a pagar o preço do sucesso, este material pode te ajudar.

3.1 - CICLOS DE ESTUDOS

Entendemos que a melhor maneira de se estudar para concursos – e isto é algo bastante pessoal – é através de ciclos. Estes poderão ser organizados de forma proporcional ao volume de conteúdo e cobrança de cada matéria, alternando-se o estudo de todas as matérias objeto do certame escolhido.

Assim, inicialmente, você deve delimitar o tempo que dedicará aos estudos. Feito isso, poderá adaptar o ciclo dentro da sua disponibilidade. Caso você disponha de mais tempo diário de estudos, por exemplo, 8 horas diárias, o ciclo ficará mais curto.

Se você dispuser de 4 horas diárias, naturalmente o período do ciclo irá se alongar um pouco mais. Não isso não é problema, pois cada um tem um ritmo de estudos e um tempo para chegar à sonhada aprovação. O importante é: decidido a estudar para concurso, você deve fazê-lo de forma profissional, aproveitando o tempo da melhor forma possível!

Mais uma observação quanto à delimitação do tempo de estudos. **Não se empolgue! "Eu irei estudar 12 horas diárias!"**

Pense que o projeto que você irá desenvolver é um **emprego temporário. Registre ponto!** Você deve estudar todos os dias na forma como você estabelecer esse contrato. Não serão admitidas faltas ou descompromisso. Portanto, não exagere, caso contrário você não irá conseguir cumprir o cronograma. Não dar conta do planejamento, certamente, irá desmotivá-lo.

Não raras vezes, iniciamos com muito vigor, mas cansamos. Em decorrência disso, o candidato acha que é o culpado, minimiza a sua capacidade, a sua força de vontade. Mas muito provavelmente não é isso. Pode ser que você tenha criado uma expectativa muito grande, não exequível!



Em números!

Se você estudar 4 horas diárias, de segunda a sábado, ao longo de 1 ano você terá estudado 1248 horas!

Considerando a experiência e conhecimento jurídico prévios, se estudado de forma correta, será o suficiente para ser aprovado em qualquer concurso de advocacia pública.

Nesse momento, se você pretende estudar para um concurso que sequer tem edital autorizado, seguramente você terá esse tempo para estudar.

Além disso, independentemente do seu ritmo de estudos, se mais rápido ou mais devagar, ao final de cada ciclo você terá estudado todas as matérias da ementa escolhida de acordo com a importância de cada uma delas para a sua prova. É a melhor forma de organizar os estudos!

3.2 - TEMPO

O tempo sempre será um vilão ou um aliado, a depender da forma que você o observe.

A diferença é que para todos os candidatos do concurso, sem exceção, os prazos são os mesmos e os dias de todos possuem 24 (vinte e quatro) horas.

Mas professor, eu trabalho.
Mas professor, eu tenho faculdade.
Mas professor, eu tenho filhos.
Mas professor, eu viajo muito.
Mas professor, eu não tenho dinheiro.
Mas professor, outros candidatos tem muito mais benefícios que eu.

As razões todo mundo sabe. Você vai fazer delas uma desculpa ou combustível para o sucesso?

O segredo, sem dúvidas é saber administrar o seu tempo. Não se engane. Tradicionalmente quem mais tem tempo é quem menos estuda, por acabar “ocupando” o tempo com atividades de menor importância.

Por outro lado, quem possui o tempo curto, acaba extraindo o máximo de eficiência no pouco tempo que dispõe.

Algumas dicas nesta gestão de tempo são úteis:

Não se imponha metas inatingíveis (“vou passar em 1 ano!”).

Metas assim geralmente possuem um efeito negativo: frustração, dor, sentimento de incapacidade, ao invés de motivarem.

Quando você for estudar, estude.

Parece brincadeira, mas não é. Esqueça celular, telefone, criança, filho, esposa, mãe, pai, cachorro... tudo! O momento de estudo é um momento seu. Seu trabalho. Seu momento.

Coloque uma garrafa de água e uma xícara de café e reduza as interrupções da sua concentração.

Assim, quando você for estudar **uma hora**, realmente estude por uma hora.

Eu particularmente não troco uma hora de estudos minha por duas ou três horas de muitas pessoas.

Faça pausas

Ao longo do período diário de estudos é fundamental que você **faça pausas**.

Estudos científicos demonstram que a capacidade de absorção é inversamente proporcional ao tempo seguido e contínuo dedicado aos estudos.

Na primeira hora a capacidade de aprendizado é ótima. Se você seguir de forma ininterrupta na segunda hora a capacidade de absorção será reduzida. Assim, sugere-se fazer pequenas pausas, de 10 a 15 minutos, para retomada dos estudos com vigor!

3.3 ESTRATÉGIAS ÚTEIS

Definir uma estratégia de estudos é realmente importante. Isto não significa que existe uma fórmula mágica ideal que terá aplicação para todas as pessoas do mundo. O que podemos fazer neste momento é apresentar ideias que já funcionaram com outras pessoas para você avaliar se na sua vida estas estratégias funcionam ou não.

Não estudar apenas uma matéria

Entendemos que você **não deve estudar apenas uma matéria ao longo do dia**. Isso deixará o estudo mais cansativo e gerará uma falta de motivação que será prejudicial para o aproveitamento.

Por exemplo, se você gosta de Direito Constitucional e Direito Civil, mas não gosta de Direito Penal, poderá iniciar os estudos com Direito Constitucional para iniciar com força total. Após, você estuda Direito Penal e, ao final, para manter a motivação, estuda Direito Civil.

Não deixe para encerrar os estudos com Direito Penal, pois você estará cansado e desmotivado. Da mesma forma, não inicie com a disciplina que você mais possui aversão, pois a má-disposição poderá afetar o restante dos seus estudos.

Com isso você aproveitará a motivação extra de disciplinas que você tem mais apreço e intercalará com outras que você não gosta tanto. É uma forma inteligente de você usar a motivação a seu favor. **Lembre-se: tudo o que fizer com vontade, de forma proativa, motivado, verterá melhor resultado!**

Faça revisões periódicas

Além disso, é fundamental que você faça uma **revisão periódica** das partes principais daquilo que você já estudou. Dado o volume de informações, nós sugerimos dois métodos de revisão insertos no ciclo: um primeiro a ser realizado **semanalmente** e outro ao **final do ciclo**.

Ao final de uma semana de estudos você terá visto um contingente significativo de conteúdo, logo poderá destacar parte do dia de estudo para revisar a matéria estudada ao longo da semana. É uma forma de alimentar e solidificar os conteúdos estudados.

Além disso, ao final do ciclo você reservará outra parcela do cronograma de estudos para retomar aquilo que estudou ao longo das semanas anteriores.

3.4 - DESCANSO

Um amigo uma vez me disse algo verdadeiro: concurso público se compara a uma maratona e não a uma corrida de 100 metros rasos.

É dizer: concurso público é condicionamento. De nada adianta você sair em disparada e, ao final dos três primeiros meses, estar rastejando. O estudo para concursos jurídicos deve ser intenso, mas cadenciado. Desse modo, **reserve um dia na semana para descansar**. Neste dia procure não estudar, no máximo prepare a organização dos seus estudos para a semana seguinte.

Apenas com edital aberto e próximo do concurso é que sugerimos estudar todos os dias. Não é o caso agora. Não podemos nem mesmo cogitar a possibilidade de, uma vez saído o edital, você estar cansado. Esses parâmetros serão utilizados no nosso ciclo de estudos.

3.5 - CONCLUSÕES

Tomando por base a análise do que até aqui foi discutido nos itens 1, 2 e 3 deste material, propomos a organização de um ciclo de estudos com as seguintes médias ponderadas de estudo:

Assim, na distribuição da carga horária de estudo em **120 dias**, dedicaremos proporcionalmente o tempo segundo o peso estabelecido acima.

DISCIPLINA	PESO
DIREITO CONSTITUCIONAL	3
DIREITO PROCESSUAL CIVIL	3
DIREITO TRIBUTÁRIO	3
DIREITO ADMINISTRATIVO	3
FAZENDA PÚBLICA	3
DIREITO AMBIENTAL	2
DIREITO DO TRABALHO	2
PROCESSO DO TRABALHO	2
DIREITO FINANCEIRO	2
DIREITO CIVIL (INCLUINDO EMPRESARIAL)	2
DIREITO URBANÍSTICO	1
LEI ORGÂNICA DO DF, ESTATUTO DOS SERVIDORES E LEI ORGÂNICA DA PG-DF	1

4 - PLANO DE ESTUDOS

Estabelecido o peso e as disciplinas que serão estudadas, é necessário definirmos quantas horas por dia o aluno pretende estudar. Aqui consideraremos que o candidato possua **quatro horas** por dia de estudos.

Possui mais horas por dia para se dedicar?
Possui menos horas por dia para se dedicar?
Envie-nos uma mensagem no instagram que podemos te enviar o cronograma adaptado.

Um estudo de quatro horas por dia, de segunda a sábado, gera o equivalente a um mil e trezentas horas de estudo por ano. Como dito anteriormente, tempo suficiente para o aluno ter uma boa preparação.

A semana será dividida com as matérias que devem ser estudadas onde o aluno deve intercalar a leitura dos livros digitais e/ou assistir às aulas em vídeo, conforme preferir. Em razão de nossos princípios, acreditamos que você deve priorizar o estudo ativo pela leitura dos livros digitais.

Necessária, ainda, a dedicação de parte de seu tempo semanal para revisões, justamente para resgatar o que fora estudado durante aquele dia e aquela semana.

Por fim, o estudo dos informativos dos Tribunais Superiores daquela semana não deve ser esquecido, sendo necessário reservarmos uma parte do estudo semanal para isto. Dessa forma, um ciclo semanal poderá ser distribuído da seguinte forma:

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
1	2	3	4	5	6	7
<i>Dia livre</i>	MAT 1	MAT 3	MAT 5	MAT 1	MAT 3	QUESTÕES
	MAT 2	MAT 4	QUESTÕES	MAT 2	MAT 4	REVISÃO
	REVISÃO	REVISÃO	REVISÃO	REVISÃO	REVISÃO	INFORMATIVOS

Nada impede que você altere a ordem dos conteúdos a serem estudados. Do mesmo modo, nada impede que você reserve outro dia para descanso.

O importante é que você cumpra as 24 horas líquidas de estudo ao longo da semana.

O importante é você ser honesto consigo mesmo.

Lembre-se: você é o único responsável por sua aprovação.

4.1 - HORAS LÍQUIDAS DE ESTUDOS – PLANO INICIAL

Outro ponto importante é que esse tempo de estudo é líquido. Vale dizer, você deverá passar 4,0 horas efetivamente estudando.

Confira, a título ilustrativo como ficará a distribuição do seu horário:

Modelo de Cronograma	
HORÁRIO	DESCRIÇÃO
07:45	organização pré-estudo
08:00 às 09:45	1º período de estudos
09:45 às 10:00	pausa
10:00 às 11:45	2º período de estudos
11:45 às 12:00	pausa
12:00 às 12:30	revisão

Naturalmente, estas são sugestões e não existe problema algum em uma alteração e quebra dos blocos de estudos ao longo do dia (um bloco no turno da manhã e outro à noite, por exemplo). O importante, ressaltado, é que haja a dedicação diária.

4.2 - DEFINIÇÃO DAS MATÉRIAS ESTUDADAS

Como visto acima, existem matérias em concursos de advocacia pública que são muito mais relevantes que outras. Com base nos pesos definidos no **item 3.5**, entendemos que o caminho ideal para o aluno **iniciante** é focar nas matérias que mais são cobradas inicialmente.

Se o aluno domina **Constitucional, Administrativo, Tributário, Processo Civil e Fazenda Pública em Juízo**, ele já terá bons resultados em um concurso de advocacia pública, o que o deixará com motivação para seguir e estudar as demais matérias.

Para o aluno que estiver em um estágio mais avançado, penso que seja o caso de mudar um pouco o foco e atacar as matérias "menores".

Acredito que o primeiro passo ideal seja uma análise da sua situação atual, conforme o próximo bloco.

4.3 – POR ONDE COMEÇAR? SIMULADO INICIAL.

O aluno deve entrar no sistema de questões e criar simulados com os seguintes critérios:

Banca CESPE / CEBRASPE
Critério: Concursos de Procuradoria Estadual, Municipal e AGU
Período: 2014 - 2020

Além disso, o aluno deve fazer um simulado para cada uma das seguintes matérias (com uma média de 150 questões por simulado).

Direito Administrativo
Direito Constitucional
Direito Ambiental
Direito Civil
Direito Processual Civil
Direito do Trabalho
Direito Processual do Trabalho
Direito Empresarial
Direito Tributário
Direito Urbanístico
Direito Financeiro

A ideia, portanto, é que o aluno faça um teste imediato sobre a sua situação geral na matéria (ainda que não a tenha estudado) para verificar o seu estágio atual em cada disciplina.

O início do estudo, portanto, passará pela realização de cerca de 11 simulados. Naturalmente, vocês precisam ficar atentos ao seguinte:

i. Algumas matérias não terão esta quantidade de questões com estes critérios, a exemplo de Direito Urbanístico e Direito Financeiro;

Entendo que o aluno deve aumentar a quantidade de questões até chegar no número aproximado de 150, da seguinte forma e nesta sequência:

- 1- Acrescentar outros concursos de Carreiras Jurídicas elaborados pelo CESPE / CEBRASPE (Magistratura Estadual e Defensoria Pública);**
- 2- Acrescentar questões da Banca FCC;**
- 3- Acrescentar questões de Analista de Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais;**
- 4- Acrescentar questões da banca VUNESP;**

ii. Algumas matérias tiveram uma mudança radical no ordenamento, a exemplo de Processo Civil e Direito do Trabalho

No caso de Processo Civil, **não coloquem questões anteriores a 2016** sob pena de vocês se prejudicarem nos estudos.

Neste caso, sugiro um aumento do número de questões com os seguintes critérios:

- 1- Período: 2016 - 2020**
- 2 - Acrescentar outros concursos de Carreiras Jurídicas elaborados pelo CESPE / CEBRASPE (Magistratura Estadual e Defensoria Pública);**
- 3- Acrescentar questões da Banca FCC;**
- 4 - Acrescentar questões de Analista de Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais;**

5- Acrescentar questões da banca VUNESP;

No caso de Trabalho e Processo do Trabalho, **não coloquem questões anteriores a 2018** sob pena de vocês se prejudicarem nos estudos.

Neste caso, sugiro um aumento do número de questões com os seguintes critérios:

1- Período: 2018 - 2020

2 - Acrescentar outros concursos elaborados pelo CESPE / CEBRASPE (Analista e Técnico de Tribunais Trabalhistas);

3- Acrescentar questões da Banca FCC - Procuradorias;

4- Acrescentar questões da banca VUNESP - Procuradorias;

Lembre-se, seja honesto consigo mesmo e não chute nas questões - responda apenas as questões que você tem convicção!

4.4 – PRÓXIMO PASSO

A partir do resultados deste simulado, entendo que podemos ter uma meta de de **4 meses** de estudos -> **120 (cento e vinte)** dias.

Primeiramente, acredito que o aluno deve analisar seu resultado em cada prova:

4.4.1 – Acertei mais de 80% (oitenta por cento) em alguma matéria?

Se sim, você já está bastante preparado para esta matéria, devendo apenas elaborar um planejamento de revisão dos erros e simulados de temas quentes com questões discursivas.

4.4.2 – Matérias com índice de acerto entre 60 e 80%

Procure identificar exatamente os principais pontos de erro em cada matéria.

É possível que você tenha errado de forma drástica apenas um assunto? Exemplo: errei quase tudo quando o tema foi licitações ou quando o tema cobrado fora responsabilidade ambiental.

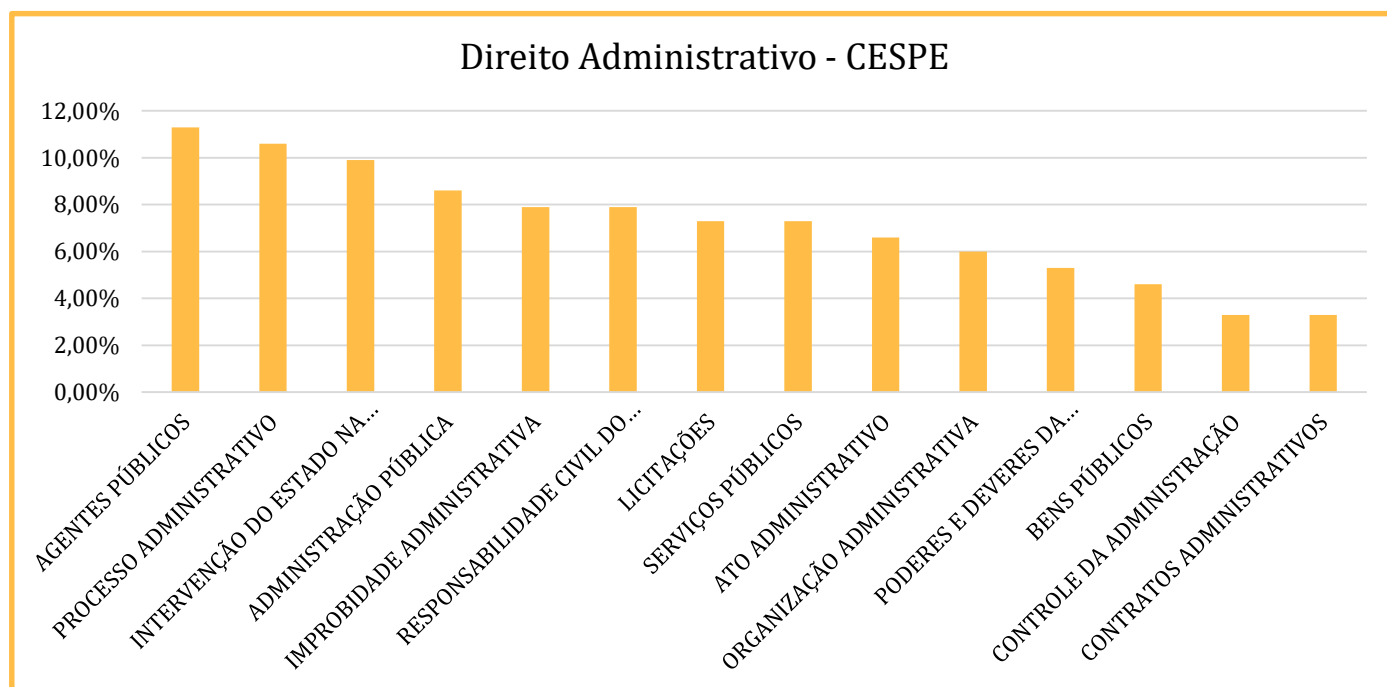
Analise e veja se você precisa estudar / revisar toda a matéria ou se você precisa se dedicar massivamente a poucos assuntos.

4.4.3 – Matérias com índice de acerto inferior a 60%

Acredito que neste caso é necessário um estudo completo e aprofundado das matérias e sugiro um estudo que passe tanto pelos temas quentes como também pelos assuntos mais cobrados, conforme veremos mais adiante.

4.5 – TEMAS MAIS COBRADOS PELO CESPE

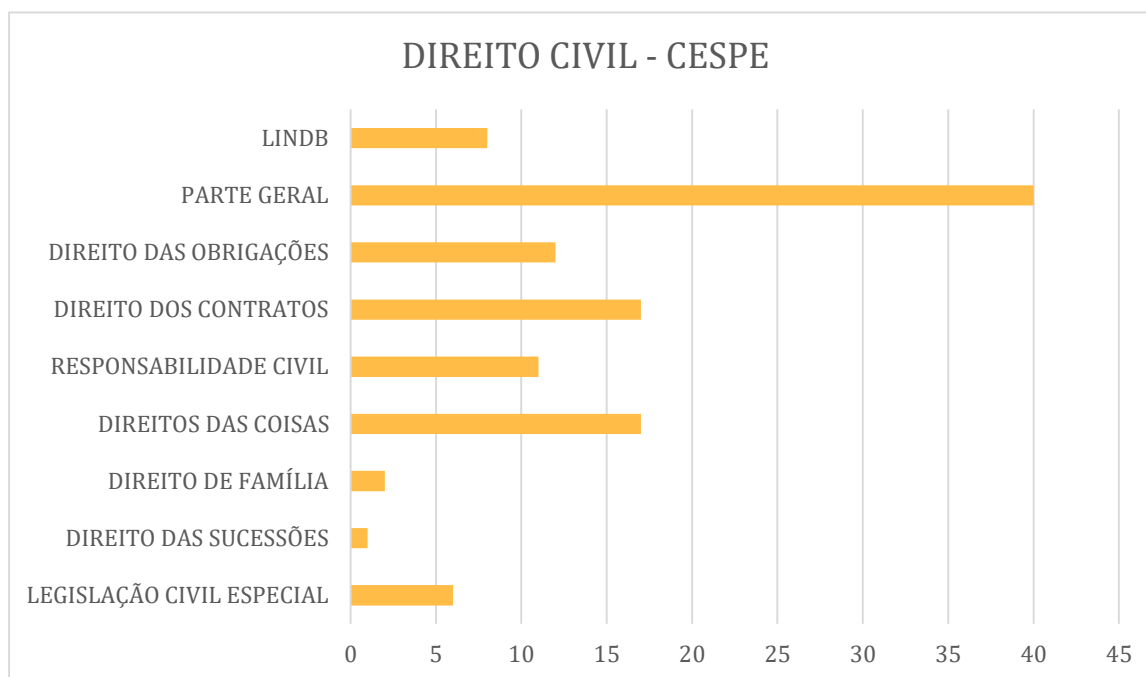
Entendemos também que existem assuntos que devem ser priorizados com uma maior relevância em relação a outros. A título de exemplo, vamos pegar as Disciplinas de **Direito Administrativo e de Direito Civil**. Fizemos uma análise estatística da banca CESPE quanto às questões de 1ª fase de concursos de advocacia pública dos últimos cinco anos. Eis os dados que encontramos:



Percebam que – a julgar pelas estatísticas – a banca CESPE em concursos de advocacia pública prioriza muito mais o estudo do tema **agentes públicos**, principalmente quando cotejado com o tema **bens públicos**.

E mais. Dentro de cada tema, existem dispositivos que são muito mais cobrados que outros. **Fizemos uma análise detalhada da banca CESPE, dentro de cada matéria para ajudar os nossos alunos nesta definição de prioridades.**

Quanto ao Direito Civil, o gráfico encontrado foi:



Percebam, portanto, que a parte geral deve ser muito mais priorizada que o direito de família, por exemplo.

4.6 – PLANEJAMENTO SEMANAL - INICIANTE

Para os alunos que estão iniciando nos estudos, penso que seja necessário sopesar o resultado dos simulados com os gráficos da banca CESPE, mas priorizando inicialmente as principais matérias de procuradorias.

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
Dia 1	Dia 2	Dia 3	Dia 4	Dia 5	Dia 6
CONST - 2H	FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO - 2H	TRIBUTÁRIO - 2H	FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO - 2H	TRIBUTÁRIO - 2H	REVISÃO DO CONTEÚDO - 2H
ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	CONST - 2H	ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	QUESTÕES - 2H
Dia 8	Dia 9	Dia 10	Dia 11	Dia 12	Dia 13
CONST - 2H	FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO - 2H	TRIBUTÁRIO - 2H	FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO - 2H	TRIBUTÁRIO - 2H	REVISÃO DO CONTEÚDO - 2H
ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	CONST - 2H	ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	QUESTÕES - 2H

A ideia seria focar exclusivamente nas matérias que mais caem com 4 horas de estudos por dia.

Percebam que definimos as seguintes premissas: 5 matérias estudadas apenas, com blocos de questões e revisões de conteúdo aos sábados. Mas vejam, cada matéria você estudará durante 2 horas e o ciclo que definimos acima havia sido de 1 hora e 45 minutos. Assim, diariamente você fará quanto àquela determinada matéria 1 hora e 45 minutos e estudos e 15 minutos de revisão.

Combinado?

E como ficariam as semanas seguintes?

Nas semanas seguintes, especificamente na terceira semana (no vigésimo dia de estudos), acreditamos que você já estará empolgado com os estudos. Assim, já começaremos a estabelecer uma meta de revisão e de simulados com questões um pouco maior.

O que acham? Vejam a proposta de calendário para as semanas seguintes:

Dia 15	Dia 16	Dia 17	Dia 18	Dia 19	Dia 20
CONST - 2H	FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO - 2H	TRIBUTÁRIO - 2H	FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO - 2H	TRIBUTÁRIO - 2H	REVISÃO DO CONTEÚDO - 4H
ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	CONST - 2H	ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	QUESTÕES - 4H
Dia 22	Dia 23	Dia 24	Dia 25	Dia 26	Dia 27
CONST - 2H	FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO - 2H	TRIBUTÁRIO - 2H	FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO - 2H	TRIBUTÁRIO - 2H	REVISÃO DO CONTEÚDO - 4H
ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	CONST - 2H	ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	QUESTÕES - 4H
Dia 29	Dia 30	Dia 31	Dia 32	Dia 33	Dia 34
CONST - 2H	ADMIN - 2H	TRIBUTÁRIO - 2H	CONST - 2H	FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO - 2H	REVISÃO DO CONTEÚDO - 4H
ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	CONST - 2H	ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	QUESTÕES - 4H

No final deste ciclo de **3 meses**, o aluno terá estudado na seguinte proporção cada matéria, demonstrada na tabela a seguir:

MATÉRIA	TEMPO (H)
ADMINISTRATIVO	62
CONSTITUCIONAL	62
PROC CIVIL	56
TRIBUTÁRIO	54
FAZENDA PÚBLICA	50
REVISÃO AO FIM DA SEMANA	40
QUESTÕES	40

Percebam que 50 (cinquenta) horas de estudos é tempo suficiente para você ver a maioria das aulas em vídeo do nosso curso sobre a atuação da Fazenda Pública, com carga horária estimada de 70 (setenta) horas.

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/curso/aspectos-de-direito-processual-aplicados-a-fazenda-publica-p-pges-2020-procurador/>

E não só isso.

Dentro da disciplina Fazenda Pública, existem matérias relativas ao Direito Administrativo, Constitucional, Tributário e Processo Civil. Desta forma, estudando este bloco de 5 matérias, confiamos com bastante segurança que você estará muito preparado nestas matérias.

Nos próximos 30 dias, seria o momento de estudar as matérias "menores" segundo a prioridade estabelecida no **item 3.5**.

É hora, então de estudar as seguintes matérias, no mesmo ritmo acima definido:

DIREITO AMBIENTAL	2
DIREITO DO TRABALHO	2
PROCESSO DO TRABALHO	2
DIREITO FINANCEIRO	2
DIREITO CIVIL (INCLUINDO EMPRESARIAL)	2
DIREITO URBANÍSTICO	1
LEI ORGÂNICA DO DF, ESTATUTO DOS SERVIDORES E LEI ORGÂNICA DA PG-DF	1

4.7 – PLANEJAMENTO SEMANAL – ALUNOS AVANÇADOS

O aluno que estiver em um nível mais avançado deve incluir no seu estudo tanto os temas quentes de questões discursivas como também a redação de peças e pareceres, tendo em vista a existência de alguns concursos de advocacia pública com provas discursivas no mesmo dia da prova objetiva.

Sugiro, então, o acréscimo de resumos e redações de peças e pareceres com mais 2 horas de estudos diárias (além das 4 horas anteriormente definidas):

Dia 01:

Modelo de Cronograma	
HORÁRIO	DESCRIÇÃO
07:45	organização pré-estudo
08:00 às 09:45	1º período de estudos
09:45 às 10:00	pausa
10:00 às 11:45	2º período de estudos
11:45 às 12:00	pausa
12:00 às 12:30	revisão
NOITE	
18:45	organização pré-estudos
19:00 às 20:00	Questão Discursiva 1
20:15 às 20:30	pausa
20:30 às 21:30	Questão Discursiva 2

Dia 02:

Modelo de Cronograma	
HORÁRIO	DESCRIÇÃO
07:45	organização pré-estudo
08:00 às 09:45	1º período de estudos
09:45 às 10:00	pausa
10:00 às 11:45	2º período de estudos
11:45 às 12:00	pausa
12:00 às 12:30	revisão
NOITE	
18:45	organização pré-estudos
19:00 às 21:30	Peças / Pareceres

4.8 - COMO ESTUDAR QUESTÕES?

O estudo por questões é bastante relevante seja para o acompanhamento da sua evolução como também para análise das possíveis “pegadinhas” que as bancas tentam aplicar.

Lançaremos no dia 18/05/20, às 10 horas da manhã, o sistema de questões do Estratégia, com o maior número de questões comentadas do Brasil, inclusive em vídeo:

<https://www.youtube.com/watch?v=uPUGbXOPGqk>

4.9 - COMO MONITORAR MEUS ESTUDOS?

Durante os seus estudos, é fundamental que você acompanhe a sua evolução. Abaixo deixaremos o link de uma planilha que preparamos para o seu acompanhamento.

Fizemos esta planilha com base em nossa expectativa das matérias que acreditamos que serão cobradas no concurso da PG-DF, levando em consideração - quanto ao conteúdo - o Edital do CESPE para o cargo de Analista da PG-DF, especialidade Direito e Legislação.

Trata-se de edital extremamente similar à maioria dos editais para procuradorias. Basta clicar na imagem a seguir e você será direcionado para **fazer o download** da planilha.

The screenshot shows the 'EDITAL ESTRATÉGICO' website interface. At the top, there is a navigation bar with 'CAPA', 'CONCURSO', 'ACOMPANHAMENTO POR DISCIPLINA', and 'GRÁFICOS DE ESTUDO'. Below this, a sidebar lists various legal disciplines. The main content area is titled 'VISÃO GERAL - VEJA COMO VOCÊ ESTÁ EM CADA DISCIPLINA' and includes a table for tracking progress. The table has columns for 'Disciplinas', 'Materiais' (Videoaula, Livro Digital, Lei), 'Revisões' (24h, 7 dias, 15 dias, 30 dias), 'Exercícios Livro Digital' (Questões, Acertos, %), and 'Exercícios TEC Concursos' (Questões, Acertos, %). A yellow 'Anotações:' column is also present. All progress values are currently 0%.

Disciplinas	Materiais			Revisões				Exercícios Livro Digital			Exercícios TEC Concursos			Anotações:
	Videoaula	Livro Digital	Lei	24h	7 dias	15 dias	30 dias	Questões	Acertos	%	Questões	Acertos	%	
1 DIREITO CONSTITUCIONAL	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%							
2 DIREITO ADMINISTRATIVO	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%							
3 DIREITO TRIBUTÁRIO E PROCESSO TRIBUTÁRIO	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%							
4 DIREITO FINANCEIRO	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%							
5 DIREITO CIVIL	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%							
6 DIREITO PROCESSUAL CIVIL	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%							
7 DIREITO EMPRESARIAL	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%							
8 DIREITO DO TRABALHO E DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%							
9 DIREITO AMBIENTAL	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%							
10 DIREITO PREVIDENCIÁRIO	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%							

Quer saber como utilizar esta planilha? Veja este vídeo que preparamos:

<https://www.youtube.com/watch?v=UBPb0 IS444&t=2157s>

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

E aí pessoal, tudo certo com o material? Esperamos que vocês tenham gostado!

Quaisquer dúvidas, críticas ou sugestões, mandem-nos uma mensagem nas redes sociais!

Convidamos vocês para participarem do nosso canal do Telegram para Procuradorias. Que tal?

Eis o link:

<https://t.me/estrategiapge>

Grande abraço,

Prof. Ricardo Torques, Prof. Igor Maciel e Prof. Paulo Sousa